



APEPI-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCADORES PARA A INFÂNCIA

CONTAS 2015

II – ANEXO

1 Identificação da Entidade

A APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância, com sede no Largo do Arnado, 3100-548 Pombal, pessoa coletiva n.º 501 430 997, é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, que tem como missão promover respostas sociais qualificadas de forma a satisfazer as necessidades da população contribuindo para o bem-estar e a inserção social. As respostas sociais em funcionamento são: Creche Institucional, Creche Familiar “Arco Íris”, Educação Pré – Escolar, Centro de Acolhimento Temporário Infantil “A Magia dos Afetos”, Casa de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, Centro de Apoio à Vida “A Cegonha”, Centro de Atendimento/Acompanhamento Social. Para além destas encontra-se decorrer o Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), que se iniciou em outubro de 2015. Encerrou no ano de 2015 o projeto “Núcleo de Sonhos” integrado no Programa P.O.P.H. – Tipologia 7.7 – “Projetos de Intervenção no combate à Violência de Género” e o Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social+ (CLDS+).

É uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida pela DGAS, com o número de registo 18/82, no livro n.º 1 (registo definitivo), folhas 115 verso e 116, regendo-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da APEPI e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, determina que o mesmo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) – Decreto-Lei n.º 36-A/2011 DE 9 DE Março ;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;

- Normas Interpretativas (NI)

Em razão desta alteração não resultou qualquer ajustamento.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela APEPI na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a APEPI continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

As Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a APEPI tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	4-50
Equipamento básico	4-6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4-6
Outros Ativos fixos tangíveis	4-6

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não existem “Propriedades de Investimento” registados.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Existem “Ativos Intangíveis” registados, com vida útil finita.

As depreciações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	5

3.2.5 Investimentos financeiros

Os “Investimentos Financeiros” estão contabilizados pelo seu justo valor e dizem respeito às entregas mensais da instituição para o Fundo de Compensação do Trabalho, instituído pela Lei n.º70/2013, de 30 de Agosto.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A APEPI adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço de eventuais perdas por Imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31/12/2015, em caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, pelas reservas, resultados transitados de anos anteriores, e outras variações patrimoniais que de acordo com o normativo NCRF-ESNL sejam de incorporar no mesmo, designadamente, subsídio e doações.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a APEPI analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

A APEPI, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação.

Locações

Não existem “Locações” registadas.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social, as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em Janeiro de 2016, em razão do processamento de salários, pagamento de honorários, prestações de serviços e rendas sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de Dezembro de 2015, e o valor a pagar referente à contribuição para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, referente a dezembro de 2015, a pagar em janeiro de 2016.

Está registado também, o valor de IVA suportado na aquisição de bens do ativo fixo tangível, suscetível de ser reembolsado pela AT.

3.2.12 Subsídios do Ggoverno e outros apoios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, apenas são reconhecidos após existir a segurança de que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios são considerados como não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão, e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis foram reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os apoios a receber no âmbito do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. O reconhecimento deste apoio é apenas feito somente aquando da apresentação dos pedidos de reembolso das despesas efetuadas, na conta de Financiamentos Obtidos| Outros Financiadores

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas:

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Erros

Nada a registar.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no Ponto 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Outros ativos fixos tangíveis					Outros Ativos fixos tangíveis em curso			Adiantament os por conta de Investiment os	Totais
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamen to básico	Equipament o de transporte	Equipament o administrati vo	Outros Ativos fixos tangíveis	Vivenda C.Acolhimen to	Vivenda Casa Abrigo	Obras sede	Ativos fixos tangíveis
Em 01.01.2014	Quantias brutas escrituradas	5.666,28	437.979,65	144.362,84	50.365,94	49.745,65		13.465,21	21.880,80		723.466,57
	Depreciações acumuladas		(356.048,15)	(1134.410,13)	(32.733,19)	(44.594,68)					(1.573.886,15)
	Perdas por imparidade acumuladas										
Moviment os do período 2014	Quantias líquidas escrituradas	5.666,28	81.931,50	9.952,71	17.629,79	5.150,87		13.465,21	21.880,80		155.677,16
	Aquisições		21.133,34	4.771,50		15.939,12	1.505,61			3.345,00	43.349,57
	Adições										
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
	Trabalhos para a própria entidade										
	Outras										
	Revalorizações										
	Acréscimos por revalorização										
	Decréscimos por revalorização										
	De ativos intangíveis em curso										
	Transferências										
	Outras										(20.454,66)
	Alienações										
	Diminuições										
	Abates										
	Outras										
Em 31.12.2014 (01.01.15)	Depreciações acumuladas		(13.402,30)	(4.655,52)	(7.573,20)	(5.624,28)	(349,55)				
	Reversões de depreciações										
	Aumentos de perdas por imparidade										
Moviment os do período 2015	Quantias brutas escrituradas	5.666,28	459.112,69	149.134,34	50.365,94	65.684,97	1.505,61	13.465,21	21.880,80	3.345,00	770.161,14
	Depreciações acumuladas		(369.450,45)	(1139.105,65)	(40.315,35)	(50.216,26)	(349,55)				
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas	5.666,28	89.662,24	10.028,69	10.050,59	15.468,71	1.156,06	13.465,21	21.880,80	3.345,00	170.723,88
	Aquisições		10.016,03	20.322,16		859,05	866,84				32.064,08
	Adições										
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
	Trabalhos para a própria entidade										
	Outras										
	Revalorizações										
	Acréscimos por revalorização										
	Decréscimos por revalorização										
	De ativos intangíveis em curso										
	Transferências										
	Outras										
	Alienações										
Em 31.12.15	Diminuições										
	Abates										
	Outras										
	Depreciações		(14.862,84)	(7.523,74)	(5.350,20)	(4.470,58)	(503,28)				
	Aumentos de depreciações										
	Reversões de depreciações										
	Aumentos de perdas por imparidade										
	Reversões de perdas por imparidade										
Em 31.12.15	Quantias brutas escrituradas	5.666,28	469.129,02	169.458,50	50.365,94	68.544,02	2.372,45	13.465,21	21.880,80	3.345,00	802.225,22
	Depreciações acumuladas		(384.313,25)	(148.629,35)	(47.665,55)	(54.692,64)	(915,83)				
	Perdas por imparidade acumuladas										
Em 31.12.15	Quantias líquidas escrituradas	5.666,28	84.815,69	22.827,11	6.700,39	11.851,18	1.456,62	13.465,21	21.880,80	3.345,00	172.008,29

Não existem restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no Ponto 3.2.4.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Bens do domínio público	Outros ativos intangíveis				Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais	
			Goodwill	Projetos de desenvolvimento		Programas de computador					
				Gerados internamente	Outros						
Movimentos do período 2014	Quantias brutas escrituradas										
	Amortizações acumuladas										
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
	Adições	Aquisições em 1ª mão									
		Outras aquisições									
		Trabalhos para a própria entidade									
	Transferências	Outras									
		De ativos intangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
Amortizações	Aumentos de amortizações										
	Reversões de amortizações										
	Diminuições por alienações e abates										
Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
	Reversões e utilizações de perdas por imparidade										
	Quantias brutas escrituradas										
Movimentos do período 2015	Amortizações acumuladas										
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
	Adições	Aquisições em 1ª mão					849,68			849,68	
		Outras aquisições									
		Trabalhos para a própria entidade									
	Transferências	Outras									
		De ativos intangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Amortizações	Aumentos de amortizações					(169,94)				
Reversões de amortizações											
Diminuições por alienações e abates											
Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
	Reversões e utilizações de perdas por imparidade										
	Quantias brutas escrituradas						849,68			849,68	
Amortizações acumuladas							(169,94)				
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas						679,74			679,74	

7 Locações

A APEPI não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custo com empréstimos obtidos

O Município de Pombal na qualidade de outorgante do Contrato Local de Desenvolvimento Social+, concedeu um empréstimo de curto prazo à Apepi (Entidade Coordenadora) para início da execução financeira do referido contrato. Não foram negociados quaisquer pagamentos de juros ou outros encargos financeiros.

O critério de mensuração encontra-se referido no Ponto 3.2.10.

9 Inventários

Os critérios de mensuração encontram-se referidos no Ponto 3.2.6.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

(valores expressos em euros)

Descrição	2014				2015		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	481,48	60.828,13	-8700,13	935,97	65.020,89	-9.705,37	547,37
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	481,48	60.828,13	-8700,13	935,97	65.020,89	-9.705,37	547,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				51.673,51			55.704,12
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

A APEPI reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às quotas, matrículas, mensalidades, seguro e joias dos utentes, reconhecida na demonstração dos resultados.

Subsídios e doações à exploração – Os subsídios foram atribuídos à APEPI pelo Estado e por outros Organismos e Entidades Públicas.

As doações reconhecidas na demonstração de resultados, são em numerário e em géneros (alimentares e outros), e foram doadas por empresas locais e distritais, particulares e destinaram-se à prossecução dos fins estatutários da APEPI.

Outros rendimentos e ganhos – Diz respeito a multas cobradas pela instituição por atraso de pagamento de mensalidades, reembolso de despesas efetuadas, descontos de pronto pagamento obtidos, recebimento de injunções por decisão judicial, correções relativas a períodos anteriores, imputação do valor de subsídios e doações recebidos, relativos a elementos do ativo fixo tangível, na proporção das depreciações.

Juros, dividendos e outros rendimentos similares – Esta rubrica diz respeito a juros de aplicações financeiras.

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Prestação de serviços	182.841,25	180.524,78
Subsídios e doações à exploração	851.250,04	926.630,90
Outros rendimentos e ganhos	74.403,68	23.181,70
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	475,92	8.130,82
Total	1.108.970,89	1.138.468,20

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Ver comentário no Ponto 3.2.9.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os critérios de reconhecimento dos subsídios encontram-se referidos no Ponto 3.2.12.

A Instituição tem registado nesta rubrica:

Subsídios à Exploração:

. **ISS, IP-** Subsídios concedidos pelo ISS, IP ao abrigo de acordos de cooperação assinados com a Instituição para o funcionamento das diversas respostas sociais; Encontram-se também registado o financiamento do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social+, cujo término ocorreu em junho de 2015;

. **I.E.F.P.** - Apoios concedidos no âmbito da “Medida Contrato Emprego-Inserção” e “Medida Contrato Emprego-Inserção +” (Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, e regulamentado pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro); “Medida Estágios Emprego” aprovada ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013 de 18 de Junho; e “Medida Estímulo Emprego”, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho.

. **C.I.G.** – Apoios concedidos ao abrigo do Programa P.O.P.H.- Tipologia 7.7, cujo terminus ocorreu em 2015;

. **Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade** – Apoio financeiro concedidos no âmbito da assinatura de Cartas compromisso para o Acolhimento de Emergência de Vítimas de Violência Doméstica; para a realização de reparações e obras de beneficiação na Casa Abrigo e/ou para a aquisição de bens necessários ao melhoramento dos espaços da casa; e para o apoio ao projeto “A Escola vai à Casa Abrigo);

. **POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** - Os apoios reconhecidos no âmbito do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), e que revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Os subsídios/apoios foram contabilizados na conta 75 – Subsídios à exploração, no que diz respeito a gastos já ocorridos. No entanto, o montante dos subsídios/apoios reconhecidos que dizem respeito a gastos ainda não ocorridos foram contabilizados em rendimentos a reconhecer, sendo posteriormente transferido para a conta de rendimentos à medida que os gastos ocorram.

No ano de 2015 o registo dos rendimentos a reconhecer em exercícios futuros mais relevantes são:

- Saldo de 6.634,73€ referente à Carta de Compromisso assinada com a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade em 14/12/2013 no âmbito do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (IV PNCVD) para a realização de reparações e obras de beneficiação na Casa Abrigo e/ou para a aquisição de bens necessários ao melhoramento dos espaços da casa;
- Saldo de 21.357,68€ referente à Carta de Compromisso relativa ao Apoio ao Acolhimento de Emergência de Vítimas de Violência Doméstica assinada 11/01/2013 com a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade. Em 18/06/2015, foi assinada uma nova Carta Compromisso, com a atribuição de uma subvenção de 19.200€, para reforço do apoio financeiro com o objetivo de assegurar os custos inerentes ao acolhimento de emergência no decurso do ano de 2015, transitando para o ano de 2016, para utilização para os mesmos fins, o saldo dos montantes não utilizados no ano de 2015;
- Saldo de 445,60€ referente a rendimentos a reconhecer em anos posteriores no âmbito do POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego;
- Saldo de 4.791,69€ referente aos vários contratos assinados com o I.E.F.P. no âmbito da “Medida Contrato Emprego-Inserção +” e da “Medida Contrato emprego-inserção”.

Subsídios não reembolsáveis e apoios financeiros recebidos relacionados com ativos depreciables:

- . Subsídio atribuído em anos anteriores e que respeita à construção da vivenda do Centro de Acolhimento;
- . Subsídio atribuído em anos anteriores pelo Município de Pombal para despesas inerentes à construção da vivenda Casa Abrigo;
- . Subsídio atribuído pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social para a aquisição de uma viatura ligeira de passageiros;

- . Subsídio atribuído ao abrigo do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social +, para a aquisição de bens do ativo fixo tangível;
- . Subsídio atribuído no âmbito Carta de Compromisso assinada com a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade em 14/12/2013 no âmbito do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (IV PNCVD) para a realização de reparações e obras de beneficiação na Casa Abrigo e/ou para a aquisição de bens necessários ao melhoramento dos espaços da casa. Aquando da assinatura desta Carta o valor foi registado inicialmente na conta 2822 partindo do pressuposto que estaríamos perante um subsídio à exploração. No entanto, registaram-se em 2014 e 2015 algumas aquisições de ativos fixos tangíveis sujeitos a depreciações, pelo que foi reconhecido em Outras variações nos fundos patrimoniais o valor do subsídio utilizado na aquisição destes ativos fixos tangíveis, transferindo-se o respetivo valor da conta 2822 para a 59326;
- . Em novembro de 2015, a associação recebeu o valor de 50.000€, quantia legada em sede de testamento pelo falecido Sr. Dr. Adelino de Oliveira Torres. A direção deliberou que esta importância, fosse utilizada na compra de bens do ativo fixo tangível e/ou intangível e em benfeitorias nos imóveis da associação.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a APEPI tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo e outros entes públicos:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
ISS, IP	733.029,59	828.565,03
Autarquias		5.070,20
Sec. Estado Assuntos Parlamentares e da Igualdade	8.089,70	7.271,88
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	43.546,77	
Outros:		
I.E.F.P.	17.452,47	18.561,10
C.I.G.	29.365,58	54151,29
Autoridade Tributária Consignação de IRS	1867,89	864,23
Total	833.352,00	914.483,73

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a registar.

14 Imposto sobre o Rendimento

A APEPI encontra-se isenta de imposto ao abrigo do Artº 10º do Código do IRC no que a actividade descrita nos estatutos diz respeito.

15 Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no Ponto 3.2.7 e nos Pontos 18.1 a 18.8, estão decompostas as respetivas contas.

16 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos da direção, nos períodos de 2015 e 2014, foi de cinco.

Nos termos Estatutários, os elementos da Direção exercem as suas funções sem qualquer forma de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço com contratos de trabalho, nas várias respostas sociais com acordo de cooperação com o ISS.IP, foi de 40 funcionárias no ano de 2015.

Estiveram ainda ao serviço várias funcionárias contratadas ao abrigo de medidas de emprego:

- “Medida Contrato emprego-inserção”: 1 (01/10/2015 a 31/12/2015);
- “Medida Contrato Emprego-Inserção +” : 1 (no período compreendido entre 23/12 e 31/12); 1 (no período compreendido entre 01/01 e 15/05); 1 (no período compreendido entre 01/01 e 31/07),
- “Medida Estágios Emprego”: 1 (no período compreendido entre 01/01 e 14/10/2015); 1 (no período compreendido entre 01/01 e 13/03/2015).

No Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social+ (CLDS+) que decorreu entre janeiro e 6 de junho/2015, o n.º médio de funcionários foi de 5,5 funcionários.

No Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), que iniciou em 13/10/2015, o n.º médio de funcionários foi de 6 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	572.952,22	599.055,32
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações Compensações final contrato	8.321,43	4.000,00
Encargos sobre as Remunerações	121.692,45	125.558,40
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.531,87	3.680,31
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	12.893,37	11.387,64
Total	719.391,34	743.681,67

Ver ponto 18.14.

17 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		0,00
Utentes	9.767,13	8.992,63
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	7.756,07	7.756,07
Total	17.523,20	16.748,70

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

18.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal		0,00
Adiantamentos ao pessoal		0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.089,41	28.897,11
Outros Devedores	34.586,24	59.247,18
Outros Financiadores	26.913,46	16.829,15
Perdas por Imparidade		0,00
Total	78.589,11	104.973,44

Encontra-se registado na rubrica “Outros” do Ativo não corrente do Balanço, o valor de 24.939,90€ respeitante a outros devedores com maturidade superior a doze meses. Este valor diz respeito à comparticipação da Instituição para a construção da vivenda do Centro de Acolhimento, entregue à comissão C.A.T.

O valor que estimamos ser solicitado em sede de pedido de reembolso no âmbito do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), foi registado na conta 258 – Financiamentos Obtidos/Outros financiadores. Ainda que a plataforma para a submissão dos pedidos de reembolso, não esteja operacional à data da elaboração deste documento, estimamos com razoável certeza, que o valor a ser reembolsado pelo POISE, com referências custos elegíveis, efetivamente incorridos e pagos à data de 31/12/2015, seja de 26.913,46€. O valor encontra-se reconhecido no balanço em Outras contas a receber.

18.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.082,58	3.425,22
Encargos com higiene e limpeza	1.831,78	1.938,81
Canecas	6.395,14	6.395,14
Outros	632,64	1.062,61
Total	11.942,14	12.821,78
Rendimentos a Reconhecer		
Programa P.O.P.H. – Tipologia 7.7		
Carta Compromisso – Rep. Obras e aquisição de equipamentos- Casa Abrigo	6.634,73	7.645,43
Carta Compromisso – Apoio ao Acolhimento de Emergência – Casa Abrigo	21.357,68	9.258,60
Programa do Contrato Local de Desenvolvimento Social+		191,70
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	445,60	
Donativos em cartão		
Outros	4.791,69	15.147,38
Total	33.229,70	32.243,11

Ver nota 12.

18.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Caixa	5.765,40	6992,38
Depósitos à ordem	152.718,10	101.245,13
Depósitos a prazo	155.000	180.022,20
Total	313.483,50	288.259,71

18.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

(valores expressos em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	310,95			310,95
Excedentes técnicos	0,00			
Reservas	1.772,00			1.772,00
Resultados transitados	274.845,60	15.630,32		290.475,92
Excedentes de revalorização	0,00			
Outras variações nos fundos patrimoniais	81.273,98	50.851,35	10.072,94	122.052,39
Total	358.202,53	66.481,67	10.072,94	414.611,26

18.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	6.447,00	7.131,58
Fornecedores títulos a pagar		0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência		0,00
Total	6.447,00	7.131,58

18.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.641,74	2.519,46
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.641,74	2.519,46
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.543,62	8.889,01
Segurança Social	14.092,98	20.657,65
Outros Impostos e Taxas	6,16	3,05
Total	18.642,76	29.549,71

As dívidas ao Estado resultam essencialmente de retenções na fonte e contribuições sobre remunerações processadas em Dezembro de 2015.

18.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Descrição	2014		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		485,97		52,65
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		105.014,92		108.078,12
Outros credores		13.548,05		14.999,07
Total	0,00	119.048,94	0,00	123.129,84

18.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	833.352,00	914.483,73
Doações e heranças	17.898,04	12147,17
Legados		
Total	851.250,04	926.630,90

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma exaustiva na Nota 12.

O valor do subsídio à exploração registado na conta 7511 – ISS, IP., no valor de 733.029,59€ diz respeito:

- Contrato Local de Desenvolvimento Social+ - "Rosa dos Ventos" – 63.887,31€
- Comparticipações dos acordos de cooperação estabelecidos com a APEPI no valor de 669.142,28€. O valor reconhecido nesta conta diverge daquele que o Centro Distrital de Segurança Social de Leiria efetivamente pagou no ano de 2015 (674.607,86€), no montante de 5.465,58€.

A explicação para tal diferença consiste na forma de contabilização das deduções efetuadas pelo CDSS Leiria em 2015 relativamente a 2014 e que contabilisticamente foram registadas numa conta 272299 – Credores por acréscimo de gastos a débito, no valor 4.364,21€, não aparecendo assim a deduzir ao valor da 7511 de 2015; por outro lado foi registado em 2015 na conta 272299 – Credores por acréscimo de gastos a crédito, por contrapartida da 7511 a débito, a deduções que o CDSS Leiria efetuou em Janeiro de 2016 referente a dezembro/2015, no valor de

2.615,58€ e que já era conhecida aquando do encerramento das contas deste ano.

A compensação financeira processada e paga pelo ISS, IP em junho/2015, referente à nossa candidatura no âmbito da Compensação financeira pelo diferencial remuneratório das educadoras de infância 2015/2014 no pré-escolar, no valor de 6.966,60€ foi contabilizada na conta 7881 – Correções relativas a exercícios anteriores.

Encontra-se ainda registado na conta 7881 – Correções relativas a exercícios anteriores, o valor de 247,61€, referente a uma dedução efetuada pelo ISS, I.P., em janeiro de 2015, referente a novembro de 2014, tendo sido devolvida posteriormente à instituição, no pagamento do mês de abril/2015.

18.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	121.647,12	133.670,86
Materiais	21.097,14	18.862,07
Energia e fluidos	35.258,45	34.783,41
Deslocações, estadas e transportes	2.868,41	1.068,32
Serviços diversos	44.497,15	44.265,01
Total	225.368,27	232.649,67

18.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	1.851,47	2.530,23
Descontos de pronto pagamento obtidos	79,88	102,49
Recuperação de dívidas a receber		0,00
Ganhos em inventários		0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	7,47	0
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		0
Outros rendimentos e ganhos	72.464,86	20.548,98
Total	74.403,68	23.181,70

Quanto aos outros rendimentos e ganhos ver ponto 18.12.

18.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Impostos	3,04	432,99
Descontos de pronto pagamento concedidos		0,00
Dívidas incobráveis		0,00
Perdas em inventários		0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros		0,00
Outros Gastos e Perdas	84.791,10	62.751,63
Total	84.794,14	63.184,62

O valor em 2015 de 84.794,14€ inclui 29.488,58€ respeitantes a gastos ocorridos em 2015 com o Projeto "Núcleo de Sonhos".

Após o encerramento das contas do ano de 2014, e conforme consta no anexo ao balanço e demonstração de resultados desse ano, no seu ponto 18.15, a instituição foi informada, que se deveria pronunciar em sede de audiência prévia, sobre um conjunto de gastos que não foram elegíveis no âmbito do projeto "Núcleo de Sonhos"- Tipologia 7.7 do P.O.P.H.. Perante esta notificação, houve a necessidade no decorrer do ano de 2015, e antes do encerramento do projeto, de corrigir as percentagens de imputação do quadro de pessoal afeto parcialmente ao projeto, que tinham sido utilizadas no ano de 2014. Assim, foram contabilisticamente anulados gastos não aceites com as imputações utilizadas, por contrapartida de uma conta 7881 - correções de exercícios anteriores, e o valor imputado com as novas chaves de imputação registado numa conta 6881, daí que os valores constantes nestas rubricas seja expressivo.

18.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15,47	0,56
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	15,47	0,56
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	475,92	8.130,82
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	475,92	8.130,82
Resultados Financeiros	460,45	8.130,26

18.14 Número médio de utentes e de pessoas ao serviço da Instituição repartido por resposta social com acordo de cooperação com o ISS, IP.

Resposta Social: Creche

Número médio de utentes: 35

Número médio de funcionários: 8,85

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
5,00	Ajudantes de Ação Educativa
1,00	Auxiliar de Serviços Gerais
1,00	Educadora
0,25	Diretora de Serviços
0,25	Cozinheira
0,20	Escriturária
0,20	Secretária
0,30	Cozinheira
0,40	Auxiliar de Serviços Gerais
0,25	Ajudante Cozinheira

Resposta Social: Jardim de Infância

Número médio de utentes: 75

Número médio de funcionários: 11,5

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
4,00	Ajudantes de Ação Educativa
1,00	Auxiliar de Serviços Gerais
0,55	Diretora de Serviços
0,60	Cozinheira
0,45	Escriturária
0,40	Secretária
0,70	Cozinheira
0,20	Auxiliar de Serviços Gerais
0,60	Ajudante Cozinheira
3,00	Educadora

Resposta Social: Creche Familiar

Número médio de utentes: 39

Número médio de funcionários: 2,75

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1,00	Ajudantes de Ação Educativa
1,00	Educadora
0,05	Diretora de Serviços
0,35	Escriturária
0,25	Secretária
0,10	Auxiliar de Serviços Gerais

Resposta Social: Centro de Acolhimento

Número médio de utentes: 15

Número médio de funcionários: 8,9

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
8,00	Ajudantes de Ação Educativa
0,05	Diretora de Serviços
0,05	Cozinheira
0,05	Secretária
0,10	Auxiliar de Serviços Gerais
0,15	Ajudante Cozinheira
0,50	Psicólogo

Resposta Social: Casa Abrigo

Número médio de utentes: 12

Número médio de funcionários: 2,75

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1,00	Ajudantes de Ação Direta
1,00	Assistente Social
0,05	Diretora de Serviços
0,05	Cozinheira
0,05	Secretária
0,10	Auxiliar de Serviços Gerais
0,50	Psicólogo

Resposta Social: Centro de Apoio à Vida

Número médio de utentes: 11

Número médio de funcionários: 4,45

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
3,00	Ajudantes de Ação Direta
0,05	Diretora de Serviços
0,05	Cozinheira
0,05	Secretária
0,10	Auxiliar de Serviços Gerais
0,20	Assistente Social
1,00	Psicóloga

Resposta Social: Centro de Acompanhamento e Atendimento Social

Número médio de utentes: 0

Número médio de funcionários: 0,80

Número médio de funcionários	Funções desempenhadas
0,80	Assistente Social

18.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

POMBAL, 21 de Março de 2016

A Contabilista Certificada

Cristina da Silva Simões

T.O.C. 60053


